



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9647

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Não votados e/ou não tramitados

**Autoria:** Elair Augusto Pimentel Veloso

**Data:** 01/09/2020

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 86/2020. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a restrição do uso de aparelhos de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras e congêneres no interior dos templos religiosos.

**Controle Interno – Caixa:** 26.10

**Posição:** 34

**Número de folhas:** 03

---

Espécie: PL  
Categoria: Não votado  
CX: 26.10  
Ordem: 34  
nº fls: 01



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 86/2020

AUTOR:

Ver. Elair Augusto Pimentel Gomes

ASSUNTO:

Dispõe sobre o Uso de Aparelhos de Telefonia Celular, Máquinas  
Fotográficas, Filmadoras e Congêneres no Interior dos Templos  
Religiosos.

## MOVIMENTO

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_
- 3 - **01/09/2020**
- 4 - **Comissão de Legislação e Justiça.**
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



GABINETE VEREADOR ELAIR GOMES  
FÉ E TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº **86** /2020

*Dispõe sobre o uso de aparelhos de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras e congêneres no interior dos templos religiosos.*

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG., aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica vedado a gravação em vídeo ou áudio, o registro fotográfico, por aparelhos de telefonia celular, máquinas filmadoras, fotográficas e todos os seus congêneres, no interior de templos religiosos, seja em momento de celebração ou fora dele, salvo quando permitido pela direção da entidade religiosa.

**Art. 2º** - Os templos religiosos deverão afixar placas informativas com o teor desta lei.

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Muitos templos religiosos sofrem um grande preconceito pelas suas liturgias e formas de culto, o que é vedado pelo ordenamento pátrio brasileiro. Com efeito, dispõe o artigo 5º, VI da Constituição Federal, que é inviolável a liberdade e consciência de crença, o livre exercício de cultos religiosos e as proteções que gozam os locais de culto e liturgias.

Nesse sentido, o presente Projeto de Lei, encontra-se respaldado pelo que dispõe nossa carta magna.

Portanto, pelo mérito contemplado, pela pertinência da proposição e por percebê-la trazendo sensíveis benefícios, conclamamos os nossos nobres Pares à sua aprovação.

Sala das Sessões Câmara Municipal, 31 de Agosto de 2020.



28

CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSAO DE LEGISLACAO  
E JUSTICA  
EM 01 DE SETEMBRO DE 20 20